EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL

O **PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT**, partido político devidamente registrado perante o Tribunal Superior Eleitoral, com sede em Brasília/DF e com representação e liderança no Congresso Nacional, **neste ato representado por seu Presidente, Edson Antonio da Silva**, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 55, inciso II e §§ 1º e 2º da Constituição da República, no art. 5º, inciso I e no art. 14, *caput*, ambos do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993 do Senado Federal), oferecer

REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

em desfavor do Senador **FLÁVIO NANTES BOLSONARO**, com endereço profissional no Senado Federal, Anexo 1, 17º Pavimento, pelas razões de fato e de direito que seguem:

I. DA DELIMITAÇÃO DO OBJETO

É a teia de mentiras tecida pelo Senador Flávio Bolsonaro que alveja esta representação. Não se trata de invocar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal para se sobrepor às autoridades policiais e judiciais que se dedicam aos eventuais aspectos criminais dos fatos. Qualquer juízo de culpa criminal será proferido pelo Poder Judiciário, observadas todas as garantias constitucionais no processo.

No exercício de sua competência, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é o local adequado para se deliberar sobre a integridade e dignidade da conduta dos Senadores, gravemente maculadas pelo Senador Representado.

II – DOS FATOS

Em entrevista à GloboNews, o Representado afirmou que o último pagamento feito por Vorcaro para o filme Dark Horse ocorrera em maio de 2025. "*Olha só. O último pagamento que ele fez [...] foi em maio de 2025*". A entrevista foi dada em 14/05/2026[1].

Matéria da revista piauí, subscrita pelo jornalista Breno Pires e publicada em 1º/09/2026, reportou que Vorcaro fez pagamentos ao fundo Havengate,

[1] Cf. https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2026/05/14/flavio-bolsonaro-entrevista-filme-vorcaro.ghtml, acesso em 02/09/2026.

gestor do filme Dark Horse e administrado pelo advogado de seu irmão Eduardo Bolsonaro, em 16/09/2025, quando mais uma parcela de 1,6 milhão de dólares (mais de 8 milhões de reais em cotação atual) foi desembolsada por Daniel Vorcaro[2].

Esta é a mais recente mentira contada pelo Representado e desvelada pela imprensa, e se situa na sequência de inúmeras outras que comprometem seu decoro parlamentar e a confiança do povo brasileiro no Senado Federal.

Quando perguntado sobre seu relacionamento com Daniel Vorcaro em 13/05/2025, horas antes de o Intercept Brasil revelar os intrincados laços financeiros e pessoais que o Representado mantinha com o banqueiro preso, Flávio Bolsonaro disparou: "*De onde você tirou essa informação? É mentira*", gargalhou em seguida e deixou o recinto da entrevista[3].

A história, como se sabe, não parou de pé. O Intercept Brasil revelou, em reportagem de Paulo Motoryn, no mesmo dia 13/05/2026, que o Representado havia cobrado de Vorcaro pagamentos em 08/09/2025, oito dias antes da transação, quando enviou ao banqueiro mensagem de áudio abaixo transcrita:

> *"Irmão, eu preferi te mandar o áudio aqui pra você ouvir com calma. Bom, aqui a gente tá passando por um dos momentos mais difíceis da nossa vida, né? Não sei como é que vai ser daqui pra frente, como é que isso tudo vai acabar, mas tá na mão de Deus aí. E você também, eu sei que você tá passando por um*

[2] Cf. https://piaui.uol.com.br/revista/240/caixa-preta-flavio-bolsonaro-vorcaro-dark-horse/
[3] CF. https://www.intercept.com.br/2026/05/13/audio-flavio-negociou-vorcaro-milhoes/

momento dificílimo aí também, essa confusão toda, não... Não sei se você sabe exatamente como é que vai caminhar isso tudo.

E apesar de você ter dado a liberdade, Daniel, de a gente te cobrar, eu fico sem graça de ficar te cobrando, tá? Mas, enfim, é porque tá num momento muito decisivo aqui do filme. E como tem muita parcela pra trás, cara, tá todo mundo tenso e eu fico preocupado aqui com o efeito ao contrário do que a gente sonhou pro filme, né? Imagina a gente dando calote num Jim Caviezel, num Cyrus, uns caras, pô, renomadíssimos lá no cinema americano, mundial. Pô, ia ser muito ruim, né? Todo efeito positivo que a gente tem certeza que vai vim com esse filme, pode ser o efeito elevado a menos um aí, cara.

Então, se você puder me dar um toque, uma posição aí, Daniel, porque a gente precisa saber o que faz, cara, da vida, porque eu já tenho muita conta pra pagar esse mês e o mês seguinte também. E agora que é a reta final, que a gente não pode vacilar, não pode não honrar com os compromissos aqui, porque senão a gente perde tudo, cara, todo o contrato, perde ator, perde diretor, perde equipe, perde tudo. Se puder me dar um toque aí, irmão.

Desculpa o áudio longo. Um abração. Fica com Deus, cara."

A reportagem do Intercept Brasil também revelou várias etapas do relacionamento entre o Senador Flávio Bolsonaro, ora Representado, e o banqueiro Daniel Vorcaro, pelo menos a pretexto do financiamento do filme

Dark Horse, cinebiografia sobre o ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro que cumpre pena pela tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023.

Entre fevereiro e maio de 2025, 10,6 milhões de dólares foram pagos pelo banqueiro (ou 61 milhões de reais), sob insistentes cobranças do Representado. Desde dezembro de 2024, o Representado e Vorcaro mantiveram tratativas sobre a transferência de 24 milhões de dólares (ou 134 milhões de reais).

Ao menos 12,3 milhões de reais foram repassados no total pelo banqueiro, do que se conhece até aqui. Em 22/10/2025, Flávio Bolsonaro cobrou novamente o banqueiro, que afirmou ter realizado o pagamento de nova parcela, o que somaria 14 milhões de dólares pagos a pedido do Representado.

Ocorre que antes Flávio Bolsonaro havia mentido novamente. Naquela mesma entrevista à GloboNews, o Representado declarou que deixou de ter qualquer relação com Daniel Vorcaro desde que vieram a público suspeitas sobre a conduta de Vorcaro na administração do Banco Master. O que se sabe, contudo, é que a relação íntima e financeira prosseguiu até as vésperas de o banqueiro ser preso pela Polícia Federal, quando as suspeitas de fraudes e gestão temerária do Banco Master e ações de intervenção do Banco Central já eram de conhecimento público.

Diante da repercussão, o Representado afirmou que prestaria esclarecimentos e daria transparência à operação. Contudo, em entrevista ao Jornal Nacional de 28 de agosto de 2026, declarou que “tudo já veio à tona” e que o caso seria um “livro fechado”, sem apresentar o contrato de financiamento, a planilha integral de gastos ou a identidade dos demais investidores. A prestação de

contas foi remetida a perícia privada contratada pela própria produtora do filme.

O laudo divulgado informou despesas de aproximadamente R$ 75 milhões, das quais mais de R$ 54 milhões teriam ocorrido nos Estados Unidos, e afirmou que os recursos vieram do Havengate Development Fund LP. O documento, entretanto, não identificou os investidores do fundo tampouco a destinação dos recursos aportados por Vorcaro; por isso, não elimina a necessidade de apurar a origem, o percurso e a destinação dos valores, tampouco resolve as contradições das falas do Representado.

Confrontado em 1º de setembro de 2026, o Representado classificou as revelações como “mais do mesmo” e transferiu à produtora a responsabilidade de explicar valores, embora os registros divulgados indiquem sua participação direta na negociação e cobrança dos aportes.

Assim, em que pesem os graves fatos noticiados, o Representado opta pela mentira como conduta política. Da negativa inicial de contato ou participação, passando pelos registros de negociação e cobrança direta, pela afirmação de que os pagamentos teriam cessado em maio de 2025, pelo registro oficial de inteligência financeira que identificou a transferência em setembro de 2025; até a frustrada promessa de transparência seguida de recusa em exibir os documentos centrais, a conduta do Representado apenas se afasta dos padrões éticos exigidos pela Constituição para o exercício parlamentar.

III – DA MENTIRA PÚBLICA RELEVANTE E DO ABUSO DAS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS

A Constituição da República de 1988 foi basilar ao conferir aos Deputados e Senadores imunidades, com vistas a proteger o exercício do mandato, pois são os representantes eleitos da vontade popular. Estas imunidades, previstas no art. 53, *caput* da Constituição, conferem aos parlamentares inviolabilidade, civil e penal, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos e visam, em última análise, garantir que no exercício fiel de seu mandato o parlamentar não seja alvo de injusto cerceamento da liberdade de expressão.

Claramente as imunidades parlamentares não constituem direito absoluto. A própria Constituição determina a perda do mandato eletivo do parlamentar cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar (art. 55, inciso II da CF) e pelo abuso das prerrogativas asseguradas aos membros do Congresso Nacional (art. 55, § 1º da CF).

A Resolução nº 20/1993, por sua vez, impõe ao Senador o dever fundamental de exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular (art. 2º, III), e considera incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (art. 5º, I).

A relevância institucional dos fatos ora representados decorre da posição do agente — Senador da República —, da magnitude do aporte, da identidade do financiador, da natureza político-eleitoral da obra e, sobretudo, do contraste entre a atuação direta documentada e as versões públicas apresentadas pelo Representado.

Conforme a imprensa registrou, o Representado inicialmente negou contato ou vínculo com Daniel Vorcaro a respeito do filme; após a divulgação das mensagens, passou a admitir encontros e tratativas circunscritas ao projeto. A mudança de versão não se refere a detalhe periférico: alcança a própria existência da interlocução e a participação pessoal na captação de recursos.

Mentir não se encontra no escopo do exercício da liberdade de expressão e da imunidade material. Tais imunidades não constituem licença para enganar deliberadamente a sociedade sobre fatos materiais ligados à atuação do Representado.

A inviolabilidade prevista no art. 53 da Constituição afasta responsabilidade civil e penal por opiniões, palavras e votos vinculados ao mandato, mas não elimina o poder disciplinar da própria Casa, que existe justamente para avaliar o uso ético das prerrogativas e a preservação da confiança institucional.

Esta Casa, mais de uma vez, teve ocasião de reafirmar os padrões éticos mínimos exigidos para o exercício do mandato de Senador da República, justamente ao fundamento da mentira empregada por parlamentar no exercício do mandato.

Em 28 de junho de 2000, o Senado cassou o mandato de Luiz Estevão por 52 votos a 18, e 10 abstenções, ao fundamento disciplinar decisivo quanto à quebra de decoro caracterizada pela omissão e pelas declarações falsas prestadas à CPI do Judiciário acerca de suas relações com a empresa Incal.

Na Representação nº 1/2012, o Conselho instaurou processo contra Demóstenes Torres para apurar relacionamento com Carlos Augusto Ramos, possível atuação do mandato em favor de interesses particulares e percepção

de vantagens. O relatório preliminar registrou que a proteção do decoro visa preservar a integridade e a reputação do Senado e destacou o contraste entre o discurso público do Senador e elementos objetivos de sua atuação. Ao final, o Plenário cassou o mandato por 56 votos a 19, com cinco abstenções.

Os precedentes demonstram, com inegável clareza, que o juízo político-disciplinar tem completa autonomia em relação ao juízo penal de culpa. Não só: a falsidade sobre vínculo econômico relevante tem o condão de romper a confiança indispensável ao exercício do mandato. Relações privadas opacas, entrelaçadas à atuação parlamentar e encobertas por versões públicas inconsistentes, ultrapassam a esfera pessoal e ingressam no domínio do decoro, cuja tutela a própria Constituição atribui a esta Casa.

A utilização da autoridade política do cargo em tratativas privadas de grande vulto, seguida de negativas ou explicações conscientemente desconformes com documentos, constitui irregularidade grave no desempenho do mandato e violação do dever de dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular.

Trata-se, como se vê, de infração ao Código de Ética que demanda a aplicação, ao Representado, da penalidade máxima de perda de mandato, nos termos do art. 11 do Código de Ética e Disciplina do Senado, por abuso das prerrogativas constitucionais, o que desde logo se pede.

IV - DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer o **PARTIDO DOS TRABALHADORES** a devida condenação do Senador **FLÁVIO NANTES BOLSONARO** à perda de mandato por violação do decoro parlamentar, nos termos do art. 55, inciso II e § 2º da Constituição da República e do art. 5º, inciso I e art. 14 do Código de Ética e Disciplina do Senado (Resolução nº 20, de 1993 do Senado Federal).

Requer ademais,

a) seja admitida a presente representação pelo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal;

b) a notificação do Senador Representado para, querendo, apresentar sua defesa prévia no prazo legal;

c) a produção de todas as provas admitidas em direito, notadamente a documental;

d) a juntada dos documentos anexos.

Termos em que

Pede deferimento

EDSON ANTONIO EDINHO DA SILVA:[redacted]

Assinado de forma digital por EDSON ANTONIO EDINHO DA SILVA:[redacted]
Dados: 2026.09.02 21:08:55 -03'00'

EDSON ANTONIO DA SILVA

Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores

'ESTOU E

ESTAREI

CONTIGO

SEMPRE'
ÁUDIO: Flávio Bolsonaro
negociou com Daniel
Vorcaro R$ 134 milhões
para bancar filme sobre Jair

APOIE
HOJE

Paulo Motoryn,
Eduardo Goulart, Laís
Martins, Andrew
Fishman, Cecília
Olliveira, Leandro
Becker e Mauricio
Moraes
13 de maio de 2026,
14h31

Vaza Flávio

Parte 1

Cobertura investigativa sobre as relações entre Flávio Bolsonaro, o clã Bolsonaro e aliados com Daniel Vorcaro, o dono do
Banco Master.

CONFIRA O ESPECIAL COMPLETO 

“IRMÃO, ESTOU E ESTAREI CONTIGO SEMPRE, NÃO TEM
MEIA CONVERSA ENTRE A GENTE. SÓ PRECISO QUE ME DÊ UMA LUZ! ABS!”, escreveu o senador Flávio Bolsonaro, do PL do Rio de Janeiro, ao dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, em uma mensagem enviada pelo WhatsApp em 16 de novembro de 2025.

Um dia após a mensagem de Flávio, Vorcaro foi preso enquanto tentava fugir do país por operar um esquema de fraude que gerou um rombo de R$ 47 bilhões ao Fundo Garantidor de Crédito, o FGC. No dia seguinte, 18 de novembro, seu banco foi liquidado pelo Banco Central.

A frase escrita pelo hoje pré-candidato à Presidência da República é parte de uma série de registros que indicam a existência de uma negociação em que Vorcaro se comprometeu a repassar um total de 24 milhões de dólares (na época equivalentes a cerca de R$ 134 milhões) para financiar a produção de “Dark Horse”, o filme biográfico sobre Jair Bolsonaro.

Documentos e mensagens obtidos com exclusividade pelo Intercept Brasil indicam que pelo menos 10,6 milhões de dólares — cerca de R$ 61 milhões, considerando a cotação do dólar nos períodos das transferências — haviam sido pagos entre fevereiro e maio de 2025, em seis operações, para financiar o projeto cinematográfico ligado à família Bolsonaro.

Os registros incluem um cronograma de desembolso, um comprovante bancário e cobranças relacionadas às parcelas previstas para a produção. Não há evidências nas mensagens de que Vorcaro tenha feito os outros oito pagamentos previstos para o projeto.

O envolvimento de Vorcaro foi negociado diretamente por Flávio Bolsonaro, mas teve outros intermediários, como o irmão e deputado federal cassado Eduardo Bolsonaro, do PL de São Paulo, e o deputado federal Mario Frias, também do PL paulista, que foi secretário da Cultura no governo Bolsonaro.

As conversas privadas e os documentos de Vorcaro revelam os profundos laços financeiros e a estreita relação entre o clã Bolsonaro e o banqueiro que se tornou o homem mais radioativo de Brasília. Flávio já havia negado tais conexões, da sua família e da extrema direita, chegando a dizer que isso era uma “narrativa falsa que o Lula tem criado”.

Quando foi noticiado, em março deste ano, que o cunhado de Vorcaro – o pastor Fabiano Zettel – havia feito uma doação de R$ 3 milhões para a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, Flávio disse à CNN que isso aconteceu “sem nenhuma vinculação, sem nenhuma contrapartida, sem nenhum contato pessoal, inclusive”.

“Essa conta do Banco Master está longe de chegar perto da direita”, afirmou o senador. Em evento da pré-campanha em João Pessoa, na Paraíba, dois dias antes, ele classificou o caso como um “grande esquema de roubalheira que está dando nojo a todo o país”.

Na manhã desta quarta-feira, 13, Flávio Bolsonaro foi questionado presencialmente pelo Intercept sobre o financiamento de Vorcaro ao filme e respondeu: “De onde você tirou essa informação? É mentira”. Em seguida, deu uma gargalhada e se retirou de onde concedia entrevista à imprensa, próximo ao Supremo Tribunal Federal, o STF – antes, o senador havia se reunido com o ministro Edson Fachin, presidente da

corte.

Flávio já havia sido contatado sobre o assunto – por telefone, WhatsApp e e-mail, mas não retornou até a publicação da reportagem. A defesa de Daniel Vorcaro foi acionada, mas não houve resposta. Eduardo Bolsonaro também não respondeu aos questionamentos enviados pelo Intercept. O espaço segue aberto e, caso haja resposta, o texto será atualizado.

Em nota enviada ao Intercept após a publicação da reportagem, a defesa do deputado federal Mario Frias confirmou os contatos entre o parlamentar e Vorcaro, mas disse que as mensagens “refletem apenas uma relação legítima entre idealizador do projeto e um potencial apoiador privado da iniciativa”.

Também destacou que Frias não exerceu papel de articulador político ou financeiro em nome de Vorcaro. Ainda negou qualquer uso do mandato parlamentar para “promoção de lobby privado ou favorecimento empresarial”.

O advogado do deputado informou, ainda, que, na época da troca de mensagens, Vorcaro era conhecido como um empresário do mercado financeiro e “não havia qualquer informação pública que indicasse eventual irregularidade financeira” atribuída ao banqueiro. “Conversas privadas envolvendo exibição de conteúdo audiovisual ou encontros sociais entre pessoas públicas e empresários não configuram irregularidade”, destacou a defesa do parlamentar.

Sobre o filme, a defesa pontuou que Frias participou do desenvolvimento criativo e institucional do projeto audiovisual e que “o entusiasmo manifestado nas mensagens privadas decorre da dimensão artística e cultural do projeto, considerado por sua equipe como uma produção inédita dentro do cinema nacional independente”.

Você acha que esta reportagem é importante?

Se sim, antes de continuar lendo, temos um pedido: por favor, apoie nosso trabalho.

Nosso objetivo é fazer um jornalismo que causa impacto nessas eleições, bem como fizemos em 2022 com a Vaza Jato.

Esta investigação ainda não terminou e estamos nos preparando para a retaliação que está por vir.

Para continuar, dependemos quase inteiramente do apoio de nossos leitores – principalmente por meio de pequenas doações mensais.

Seja com R$ 10, R$ 30, R$ 50 ou o que couber no seu bolso, é o seu apoio que torna reportagens como esta possíveis.

Junte-se a nós hoje e continue conosco amanhã – porque ainda há muito por vir neste ano eleitoral.

APOIE O INTERCEPT TODO MÊS →

APOIE O INTERCEPT HOJE →

Vorcaro bancou filme do clã Bolsonaro

Os diálogos, um comprovante de uma ordem de pagamento de 2 milhões de dólares e uma tabela com previsão de valores a serem pagos analisados pelo Intercept indicam que pelo menos parte do dinheiro foi transferida pela Entre Investimentos e Participações, que atuava em parceria com empresas de Vorcaro, para o fundo Havengate Development Fund LP, sediado no Texas, nos Estados Unidos, e controlado por aliados de Eduardo Bolsonaro.

Os registros ainda sinalizam a participação direta nas operações de outros dois intermediários: o empresário Thiago Miranda – fundador e sócio do Portal Leo Dias –, e Fabiano Zettel, apontado pela Polícia Federal como o principal operador financeiro de Vorcaro.

As mensagens obtidas pelo Intercept abrangem o período de dezembro de 2024 a novembro de 2025 e incluem diálogos do banqueiro com diversos interlocutores. O conteúdo do vazamento foi verificado por meio de cruzamento de informações contidas nos diálogos com dados públicos e sigilosos. Entre os elementos que confirmaram a autenticidade do material estão dados bancários e telefônicos, inquéritos policiais, registros do Congresso Nacional e de redes sociais.

De acordo com as conversas a que tivemos acesso, o relacionamento entre Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro para viabilizar a produção internacional do filme contava com um intermediário no fim de 2024 e, no ano seguinte, evoluiu para uma interlocução direta, marcada por cobranças para a liberação de dinheiro, tratativas operacionais e demonstrações de proximidade pessoal.

As conversas também indicam que Daniel Vorcaro acompanhava pessoalmente o andamento dos pagamentos e atribuía prioridade ao filme em relação a outros compromissos financeiros.

O Intercept entrou em contato por e-mail com advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

‘Flavio está ciente de tudo’

A primeira aproximação registrada pelas conversas obtidas pelo Intercept ocorreu em 8 de dezembro de 2024, quando o empresário Thiago Miranda, então CEO do Portal Leo Dias, organizou um encontro entre Flávio Bolsonaro e Vorcaro em Brasília.

Na mensagem para confirmar o encontro, Miranda afirmou ao banqueiro que o senador queria tratar do “filme do presidente e do SBT $$” [uma possível referência ao canal de televisão SBT], acrescentando que “Flavio está ciente de tudo”.

Thiago Miranda e Leo Dias foram contatados para comentar as trocas de mensagens. Até a publicação da reportagem, não houve resposta. O espaço segue aberto e, caso haja retorno, o texto será atualizado.

O SBT, por sua vez, respondeu que, “nunca teve qualquer tipo de contrato com o Banco Master” e que “o produto CredCesta, vinculado ao Grupo Master, fez ações comerciais de fevereiro a dezembro de 2024 em programa do SBT” e que “a relação do SBT com o Banco Master foi a mesma que com todos os seus anunciantes, com estritamente a comercialização de espaços publicitários”.

A reunião foi marcada, segundo os registros, para 11 de dezembro, às 17h30, na residência de Vorcaro em Brasília. Naquele dia, Flávio Bolsonaro participou de uma reunião deliberativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a CCJ. O vídeo disponível no canal do Senado no YouTube mostra que, por volta das 17h30, ele recebe um telefonema, se levanta e sai da sala.

As imagens mostram Flávio voltando a se sentar na sua cadeira poucos minutos depois das 18h, o que sugere que uma possível participação na reunião poderia ter ocorrido de forma remota ou em outro local.

Pouco menos de uma hora após o horário previsto para o encontro, às 18h24, as mensagens obtidas pelo Intercept mostram que Mario Frias enviou um áudio para Vorcaro agradecendo pelo apoio ao projeto. Frias afirmou que o filme “vai mexer com o coração de muita gente” e seria importante para o país. Na sequência, ele e o banqueiro fizeram uma ligação telefônica entre si.

Nos meses seguintes, as mensagens indicam avanço das negociações. No início de 2025, Miranda e Flávio pressionam Vorcaro para destravar os contratos e iniciar os aportes.

LEIA TAMBÉM:

Ciro Nogueira se afunda ainda mais no mar de lama do Banco Master

Grande imprensa minimiza Centrão no escândalo do Banco Master e ajuda Flávio Bolsonaro

Bolsonarismo atuou como braço político do ‘banco da máfia’ de Vorcaro

No dia 20 de janeiro, Miranda encaminhou a Vorcaro uma captura de tela em que um número atribuído a Flávio Bolsonaro pedia que o jurídico do investidor fosse pressionado para concluir o processo. Horas depois, Vorcaro respondeu a Miranda, na época CEO do Portal Leo Dias: “Vou atras aqui”.

As conversas mostram que o cronograma de pagamentos passou a ser acompanhado diretamente pelo banqueiro e por Fabiano Zettel, apontado nas mensagens como responsável pela operacionalização jurídica e financeira do aporte. Entramos em contato com o advogado de Zettel, Celso Vilardi, mas ele não respondeu aos questionamentos feitos pela reportagem.

No dia 21 de janeiro, Zettel explicou a Vorcaro que o filme teria um fluxo específico de pagamentos: dez parcelas de 2,5 milhões de dólares. Meses depois, em agosto do mesmo ano, Miranda enviou a Daniel Vorcaro um documento com uma tabela

indicando que o fluxo de pagamentos acordado foi diferente: 14 parcelas – 12 delas de 1,666 milhão de dólares e duas de 2 milhões de dólares.

Ainda em janeiro, no dia 28, Vorcaro demonstrou preocupação com os atrasos nos repasses financeiros e afirmou que o projeto cinematográfico era prioridade absoluta ao definir o pagamento como “o mais importante disparado”. E deu uma ordem: “Nao pode falhar mais”.

As mensagens também revelam dificuldades operacionais para a remessa internacional dos recursos. Em fevereiro, Zettel relatou sucessivas recusas do setor de câmbio do Banco Master para realizar a operação e que informações de cadastro eram “meio estranhas”. Vorcaro, então, orientou que o pagamento fosse realizado “via entre”, uma referência à empresa Entre Investimentos e Participações.

Embora o Grupo Entre Investimentos e Participações e Vorcaro neguem qualquer vínculo societário, de controle ou governança entre as partes, processos judiciais e administrativos obtidos pelo Intercept evidenciam uma conexão operacional e financeira entre o grupo e o banqueiro. Em março de 2026, após o Banco Central decretar a liquidação extrajudicial da Entrepay, uma empresa que pertencia ao Grupo, autoridades passaram a investigar a suspeita de que Vorcaro atuaria como dono oculto da empresa.

O Intercept é único…

porque é financiado por seus leitores, e não por banqueiros bilionários, governos ou políticos.

Mas, infelizmente, menos de 1% dos nossos leitores chega a fazer uma contribuição.

Estamos em uma campanha para recrutar 1.000 novos apoiadores mensais neste mês.

Precisamos de você para que possamos continuar produzindo investigações como esta.

Você se juntaria a nós nessa missão? Qualquer quantia ajuda.

FAÇA PARTE DO INTERCEPT →

Segundo matérias publicadas por Metrópoles e Estadão, investigadores avaliam que Antônio Carlos Freixo Júnior — executivo ligado ao Grupo Entre e identificado nas mensagens do vazamento obtido pelo Intercept como Mineiro — funcionaria como operador de interesses do banqueiro dentro da companhia.

Apesar das negativas oficiais, as mensagens indicam haver uma

Buscar 

ligação entre Vorcaro e Freixo. Em fevereiro de 2025, segundo os registros, Fabiano Zettel perguntou a Vorcaro se poderia “pedir pro Minas” logo após o banqueiro sugerir fazer a operação “via entre”. O telefone de Freixo foi salvo na agenda de contatos de Vorcaro como Mineiro.

O Intercept enviou mensagem por WhatsApp e telefonou para Antônio Carlos Freixo Júnior, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

LEIA TAMBÉM:

Caso Master: O Brasil terá maturidade para investigar suas elites sem repetir os erros da Lava Jato?

Como a extrema direita e o Centrão ajudaram o banqueiro do Master

Dias depois, em 14 de fevereiro de 2025, Zettel encaminhou ao banqueiro o comprovante de uma transferência internacional de 2 milhões de dólares para o Havengate Development Fund LP, identificado nas mensagens como o fundo ligado à produção do filme. A Entre Investimentos e Participações aparece no registro como a remetente do valor.

O Grupo Entre, controlador da Entre Investimentos e Participações, foi contatado pela reportagem e disse em nota que “não existe vínculo societário, de controle ou de governança da empresa com Daniel Vorcaro. A empresa reafirma seu compromisso com a transparência, permanecendo à disposição das autoridades para os esclarecimentos necessários”.

Documentos societários obtidos pelo Intercept mostram que o fundo Havengate Development Fund LP foi registrado no Texas, nos Estados Unidos, e tem como agente legal o escritório “Law Offices of Paulo Calixto PLLC”, de Paulo Calixto, advogado de Eduardo Bolsonaro.

Nos registros, o fundo aparece como sendo pertencente à companhia quase homônima Havengate Development Fund GP LLC, registrada no mesmo endereço comercial em Dallas.

Os documentos desta segunda firma apontam o corretor de imóveis Altieris Santana como membro do quadro societário do fundo e Paulo Calixto como membro e administrador. Ambos

aparecem vinculados ao mesmo endereço comercial utilizado pelo Havengate.

Em março de 2025, de acordo com os registros obtidos pelo Intercept, Vorcaro voltou a cobrar a quitação das parcelas ainda pendentes. Em uma mensagem enviada no dia 12 daquele mês, ele encaminhou um cronograma de desembolsos indicando que apenas a primeira parcela havia sido paga até então. O documento previa seis parcelas somando 10,6 milhões de dólares entre janeiro e maio de 2025.

Em contato telefônico, Altieris Santana se recusou a prestar informações à reportagem, indicando Paulo Calixto como representante legal. Paulo Calixto, por sua vez, não respondeu aos contatos telefônicos, por e-mail e via mensagem feitos pelo Intercept.

Crise do Master atrapalha ‘Dark Horse’

No dia 21 de março, o nome de Eduardo Bolsonaro apareceu pela primeira vez nas conversas a que tivemos acesso. Thiago Miranda encaminhou a Vorcaro uma captura de tela em que um número atribuído a Eduardo sugere alternativas para facilitar o envio dos recursos aos EUA – e informa que Altieris Santana, controlador do fundo Havengate, estaria disponível para reuniões presenciais relacionadas à operação financeira.

No contato com a reportagem do Intercept, Altieris Santana se recusou a comentar a relação com o filho do ex-presidente ou a intermediação dos pagamentos. O Intercept também questionou por e-mail o ex-deputado Eduardo Bolsonaro, mas não recebeu resposta até a publicação deste texto.

O cronograma de financiamento do filme coincidiu com a tentativa fracassada de Vorcaro de vender o Master para o Banco de Brasília, o BRB, e com a crescente atenção das autoridades, que culminaria na sua prisão. Ao longo do segundo semestre de 2025, as mensagens indicam aumento da pressão financeira sobre Vorcaro e uma intensificação do contato direto com Flávio Bolsonaro.

Em agosto, Miranda enviou ao banqueiro a imagem de uma tabela intitulada “Funding Schedule Havengate Dev Fund”, segundo a qual 10,6 milhões de dólares já haviam sido transferidos de um total previsto de 23,9 milhões de dólares. Vorcaro respondeu: “segunda fazemos duas”, e Miranda afirmou estar “monitorando essa reta final”.

A reportagem do Intercept telefonou para Miranda e enviou questionamentos a ele por WhatsApp, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Pouco depois, em 8 de setembro, alguns dias antes de Jair Bolsonaro ser condenado pela trama golpista, Flávio Bolsonaro enviou um áudio diretamente a Vorcaro cobrando o saldo

pendente e alertando para o risco de paralisação da produção do filme.

Na gravação, o senador diz que havia preocupação com o atraso nos pagamentos a profissionais internacionais envolvidos na produção. “Imagina a gente dando calote num Jim Caviezel [ator que interpreta Jair Bolsonaro no filme], num Cyrus [Nowrasteh, diretor do filme], os caras, pô, renomadíssimos lá no cinema americano e mundial. Pô, ia ser muito ruim”, afirmou Flávio.

Flávio também disse que o não cumprimento dos compromissos financeiros poderia comprometer contratos, elenco, direção e toda a equipe do longa. “Agora que é a reta final que a gente não pode vacilar, não pode não honrar com os compromissos aqui, porque senão a gente perde tudo”, declarou.

Na resposta, Vorcaro pediu desculpas, afirmou que a semana anterior havia sido muito difícil para ele e prometeu resolver a situação até o dia seguinte. Na mesma noite, os dois fizeram uma ligação telefônica de cerca de dois minutos e meio, de acordo com os registros obtidos pelo Intercept.

Cinco dias antes dessas mensagens entre Flávio e Vorcaro, o BRB anunciou que o Banco Central havia reprovado a venda do Master.

‘Tudo isso só está sendo possível por causa de vc’

As conversas seguintes mostram a manutenção do contato frequente entre ambos. Ainda em setembro, Flávio e Vorcaro realizaram quatro ligações e marcaram encontros presenciais em São Paulo.

Em uma troca de mensagens no dia 17, Vorcaro perguntou “14:30?”, ao que Flávio respondeu: “Blz”. Em outubro, as cobranças se intensificaram novamente. No dia 22, Flávio informou que as filmagens já estavam no terceiro dia e que a produção havia chegado “no limite”. O senador afirmou que, caso o apoio financeiro não pudesse continuar, seria necessário avisar para que a equipe buscasse “outro caminho”. O banqueiro o tranquilizou: “Deixa comigo”.

No mesmo dia, Flávio convidou Vorcaro para um jantar em São Paulo com o ator Jim Caviezel e o diretor Cyrus Nowrasteh em 2 de novembro. O banqueiro sugeriu realizar o encontro em sua própria residência e que poderia reorganizar sua agenda para comparecer, pois “tinha uma viagem”. Flávio sugeriu, mais tarde, a data de 6 de novembro. Não há confirmação, nos registros, se o jantar de fato ocorreu.

Enviamos questionamentos para Nowrasteh e Caviezel, mas não houve resposta até o momento de publicação.

No dia 7 de novembro, após enviar a Vorcaro um vídeo de visualização única, Flávio escreveu: “Tá perdendo, irmão! Tudo isso só está sendo possível por causa de vc”. Vorcaro responde: “Que demais”. Em seguida, diz: “Ficou perfeito”.

Em dezembro de 2025, o Intercept revelou que Karina Ferreira da Gama, produtora do filme no Brasil, havia recebido pelo menos R$ 108 milhões da Prefeitura de São Paulo para operar um contrato de Wi-Fi público sem concluir entregas previstas. Desde março, o Ministério Público está investigando o contrato. A origem do dinheiro que custeou a super produção permanecia, no entanto, uma incógnita. Enviamos questionamentos para Gama, mas não houve resposta até a publicação. O espaço segue aberto.

O protagonista Jim Caviezel chegou a anunciar a estreia do filme “Dark Horse” para 11 de setembro de 2026, poucas semanas antes da eleição presidencial que Flávio Bolsonaro espera vencer. O site oficial do filme, no entanto, não confirma que a produção tem data para chegar ao Brasil.

Você tem mais documentos sobre Eduardo Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, “Dark Horse” ou o Banco Master e quer que o Intercept investigue sua denúncia? Entre em contato conosco, por

e-

mail: lais.martins@intercept.com.br, eduardo.goulart@interc ept.com.br, leandro.becker@intercept.com.br, paulo.motory n@intercept.com.br, cecilia.olliveira@intercept.com.br, andrew.fishman@intercept.com.br ou pautas@intercept.com.br. Ou, então, por Signal: @laisfm.02, EduardoGoulart.01, @interceptbrasil.44

Contribuíram nesta reportagem: Ana Clara Barbosa, Angélica Neiva, André Garavatti, Bianca Pyl, Eduardo Lima, Rafaela Silva, Samantha Prado, Sarah Germano e Thalys Alcântara

Atualização: 13 de maio de 2026, 16h29
O texto foi atualizado para incluir as respostas da defesa do deputado federal Mario Frias, do PL de SP, aos questionamentos do Intercept.

Atualização: 14 de maio de 2026, 09h38
O texto foi atualizado para incluir as respostas da assessoria de imprensa do Grupo Entre aos questionamentos do Intercept.

Paulo Motoryn
@opaulomm

Eduardo Goulart
@eduardogoulartdeand
rade
eduardo.goulart@inte
rcept.com.br
Laís Martins
@lais_fmartins
lais.martins@interce
pt.com.br

Andrew Fishman
@andrewdfish
andrew.fishman@inter
cept.com.br
Cecília Olliveira
@cecillia
cecilia.olliveira@in
tercept.com.br

Leandro Becker
leandro.becker@inter
cept.com.br

Mauricio Moraes

Cartas Marcadas

PL, de Flávio Bolsonaro,
lidera ranking de
candidatos com multas
ambientais no Ibama

Penalidades somam R$ 6 milhões e foram
aplicadas entre janeiro de 2023 e agosto deste ano. Outros 14 partidos têm candidatos…
multados, revela levantamento
2 de setembro - Lucas Maia, Thiago Aquino

Caos e Paixão

Eleições
2026: Grande
imprensa
ignora
interferência
dos EUA na
democracia
do Brasil
29 de agosto -
João Filho

Enquanto Donald
Trump e Flávio
Bolsonaro atacam
a soberania

nacional, a grande
mídia trata a…

ameaça eleitoral
como mero debate

diplomático.

Assine nossa newsletter gratuita
Conteúdo exclusivo e gratuito. Direto na sua caixa de entrada

Enviar 

Aceito receber e-mails e concordo com a Política de
Privacidade e os Termos de Uso.

Insira seu e-mail

YouTube video player

As informações que você acabou de ler incomodam muita gente poderosa. É por isso que tentam nos silenciar com processos, ameaças e difamação.

A única barreira entre a verdade e a impunidade é um jornalismo sem rabo preso. O Intercept Brasil não tem donos bilionários e não aceita um único centavo de

bancos ou políticos.

Nós acabamos de entregar os fatos. Agora, a bola está com você. Se essa história te indignou, transforme isso em ação. Mostre a eles que não estamos sozinhos e garanta que ninguém nos cale.

DOE AGORA

A VERDADE CUSTA CARO. O SILÊNCIO CUSTA AINDA MAIS.

TEMAS RELACIONADOS

Notícias Poder Banco Master Daniel Vorcaro Dark Horse

Eduardo Bolsonaro Flávio Bolsonaro Jair Bolsonaro

Karina Ferreira da Gama Mario Frias PL

ENTRE EM CONTATO

ARTIGOS RECENTES

Flávio Bolsonaro oferece assessoria e faz influenciadores lucrarem com ataques a Lula

Um dos sites oficiais declarados por Flávio ao TSE oferece briefing de pautas e apoio para produção de conteúdo a mais de 200 criadore...

27 de agosto - Gisele Lobato, Cecília Olliveira

Michelle Bolsonaro e o novo antifeminismo: como a extrema direita convence mulheres

De influenciadoras a políticas como Michelle Bolsonaro, a extrema direita...

27 de agosto - Camila Galetti, Miranda Benez

É possível derrotar o capitalismo?

Leia um trecho inédito do recém-lançado livro de Myriam Bregman 'Moderada nunca'. Em meio ao...

25 de agosto - Myriam Bregman

newsletter

Não perca o melhor do Intercept

Aceito receber e-mails e concordo com a Política de Privacidade e os Termos de Uso.

Enviar

APOIE O INTERCEPT HOJE >

©2026 Intercept Brasil. Todos os direitos reservados

Flávio Bolsonaro diz que dinheiro pago por Vorcaro para filme foi para fundo de advogado do irmão Eduardo

Senador negou, porém, que recursos tenham beneficiado o seu, que vive nos EUA. Segundo ele, "fundo" é nome usado para financiar produção cinematográfica sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Por Redação g1
Publicado 19 mai, Atualizado há 3 horas

Ver resumo

Flávio nega que dinheiro de Master tenha sido enviado para Eduardo Bolsonaro

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse nesta quarta-feira (13) que recursos pagos pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro para o filme "Dark Horse", sobre Jair Bolsonaro, foram para um fundo administrado não Eduardo Vinicius, advogado de seu irmão, Eduardo Bolsonaro. O diretor do filme Marcio Hediger é o mesmo de [o ex-presidente está preso].

Ele negou, porém, que o dinheiro tenha sido usado para financiar despesas de Eduardo, que vive nos EUA desde o ano passado e [responde a processo por tentar interferir na Justiça brasileira]. A Polícia Federal investiga esse trajeto[ria], [conforme revelou a colunista Andreia Sadi].

Em entrevista exclusiva ao Mais, da GloboNews, o pré-candidato à Presidência da República pelo PL afirmou que o dinheiro foi "integralmente" direcionado à produção do filme.

> **"Não foi para o Eduardo Bolsonaro. Todos os recursos que foram aportados nesse fundo, que é específico para a produção do filme, foram usados integralmente para fazer o filme", afirmou.**

Flávio indicou que considera natural que o advogado que cuidou do processo milionário do irmão nos Estados Unidos também cuide da operação de financiamento do filme.

> **"Para colocar de pé uma estrutura dessa, criar um fundo, cuidar das questões legais. Ah, burocracia, você tem que contratar um advogado, um advogado de confiança do Eduardo Bolsonaro, alguém que cuidou de todo o seu processo de green card. Está dentro do contexto do filme. O advogado é gestor do fundo também", disse a senador.**

Segundo reportagem publicada no site Intercept Brasil na quarta-feira (13), as [transferências de Vorcaro para empresas ligadas ao filme começaram em fevereiro de 2025, antes do lançamento do longa-metragem]. Ao [Intercept Brasil], a advogada Karina Kufa confirmou que [Vorcaro bancou o filme]. Kufa é representante de Paulo Calixto, advogado de Eduardo Bolsonaro.

O banqueiro pagou R$ 61 milhões para financiar o filme sobre Bolsonaro, informou o site. Horas após o[s] [pres]o e investigado por fraudes bilionárias envolvendo o Master a uma rede de fundos ligados a organizações criminosas, além de corrupção e lavagem de dinheiro.

Seu pai, Henrique Vorcaro, foi preso nesta quinta suspeito de bancar uma espécie de milícia privada — chamada A Turma — para intimidar e [ex]pressar adversários.

Flávio cita contrato de confidencialidade

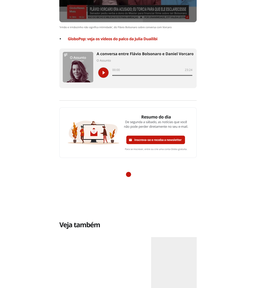
Em relação às mensagens que trocava com Vorcaro para pedir dinheiro, revelados pelo Intercept, Flávio disse que seu papel era buscar investidores para o projeto.

> **"Minha participação foi buscar investidores para colocar de pé um filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Meu pai, uma pessoa que está passando por uma grande perseguição e é foi vítima de uma farsa. E é meu sonho fazer com que a história de vida dele, que é emocionante, seja uma homenagem em forma de filme."**

O senador disse ainda que escondeu publicamente sua relação com o banqueiro por causa de um contrato de confidencialidade. Na quarta-feira, Vorcaro entrou em contato com a coluna de mensagens, o senador questionado sobre seu [pri]vatismo em Brasília e afirmou que era mentira. Depois que o caso veio à tona, ele admitiu a relação com o banqueiro e negou irregularidades.

> **"Eu não falei que era mentira. Tenho contrato de confidencialidade. Estou falando disso agora porque veio à tona, não tem nada como negar", disse.**

"Se eu falo assim no corredor o Vorcaro', a pergunta seguinte seria 'qual a sua relação com ele?' Eu a ser que falar da filme. Foi só por isso que eu me omiti", afirmou.



Flávio Bolsonaro diz que tinha contrato de confidencialidade sobre filme

Segundo o senador, o contato com Vorcaro era "exclusivamente" para tratar do projeto "Dark Horse" (termo em inglês para "azarão"). "Qualquer mensagem que apareça daqui para frente, qualquer mensagem que já apareceu, o meu contato, o meu contato, sejam por telefone ou por mensagem, é com esse fim, fui com exclusivamente para falar de filme, uma conversa monotemática", disse.

Flávio afirmou que, quando conheceu Vorcaro, em dezembro de 2024, não sabia que o banqueiro estava envolvido em atividades criminosas. A reportagem do Intercept revela que o senador e Vorcaro trocaram mensagens sobre o filme até fevereiro de 2025, mês em que o banqueiro foi preso pela primeira vez. Flávio nega ter sido avisado sobre a prisão.

Questionado sobre termos usados nas mensagens, o senador argumentou que chamar alguém de "irmão" e "meirrão" faz parte da linguagem carioca e não significa necessariamente intimidade.

> **"Irmão, meirrão é uma expressão que a gente usa para cumprimentar, até para pedir um coco na praia. E igual gurí no Rio Grande do Sul, pá no Paraná, mano em São Paulo. Não tem por que querer empurrar gaiola abaixo uma intimidade que não tenho."**

Flávio é investigado por tentativa de interferência no processo contra seu irmão Eduardo

- **GloboPlay: veja os vídeos do pulso da Julia Duailibi**

Veja também

Mais lidas

1 Escala 6x1: o que acontece agora? O que muda para empresas e trabalhadores? Entenda

2 Fim da escala 6x1: CCJ do Senado aprova a proposta, mas análise no plenário é incerta

3 Contratos milionários, experiências de luxo e viagem a Londres: o que Vorcaro ofereceu a Moraes e sua família, segundo a PF

4 6x1, 5x2, 4x3 e 12x36: entenda como funcionam as escalas de trabalho

5 Mark Ruffalo larga cum Paramount, é substituído por Hemsworth e recebe apoio de artistas pobres

Em alta na globo.com

Descubra mais assuntos

Jornalismo | Esporte | Entretenimento

Mais do G1

MOSTRAR MAIS

Pangaré tinhoso: Dark Horse custou 13 milhões de dólares. Só com desenvolvimento de projeto, incluindo roteiro, foram 383 mil dólares. “Isso aí é padrão Oscar”, diz um produtor brasileiro - VITO QUINTANS_2026

EM CARTAZ, A CAIXA-PRETA

Como Flávio Bolsonaro se enredou no maior escândalo bancário do país em nome de um filme sobre o pai

BRENO PIRES piauí_240 01 set 2026

suspeitas cinematográficas

32 min de leitura

A

– Olha só. O último pagamento que ele fez [...] foi em maio de 2025.

O senador Flávio Bolsonaro estava dando uma entrevista à GloboNews. No dia anterior, o site Intercept Brasil havia publicado uma notícia explosiva: em 8 de setembro de 2025, o senador enviara um áudio ao banqueiro Daniel Vorcaro, hoje preso sob acusação de promover a maior fraude bancária do país, cobrando dinheiro para um filme sobre seu pai. Queria que o banqueiro pagasse parcelas atrasadas do financiamento do filme, cada uma no valor de 1,6 milhão de dólares – mais de 8 milhões de reais na cotação atual. No áudio, procurou desculpar-se: “Apesar de você ter dado a liberdade, Daniel, de a gente te cobrar, eu fico sem graça de ficar te cobrando, tá? Mas, enfim... É porque tá num momento muito decisivo aqui do filme.” Concluiu dizendo que, se o dinheiro não aparecesse, haveria um desmonte: “Perde ator, perde diretor, perde equipe, perde tudo.”

A notícia do Intercept, apurada pelo repórter Paulo Motoryn*, caíra com o peso de 1 tonelada na campanha presidencial de Flávio Bolsonaro – e o senador tentava dar explicações para reduzir o estrago. Na GloboNews, disse que, quando enviou o áudio ao banqueiro, “ninguém sabia” de suas fraudes, mas a alegação não colou. Afinal, desde o ano anterior a atuação do Banco Master levantava suspeitas e havia sido objeto de uma ampla reportagem publicada pela piauí. Cinco meses antes do áudio de Flávio Bolsonaro, houve até um pedido de CPI no Congresso para investigar o banqueiro. E cinco dias antes, em 3 de setembro de 2025, o Banco Central estava no encalço do Master e vetou um negócio com o BRB, o banco estatal de Brasília, por suspeita de fraude de 12 bilhões de reais. Ou seja: todo mundo sabia que o Master e seu dono estavam enrolados com a polícia.

Na parte final da entrevista, Flávio Bolsonaro tentou minimizar o áudio da cobrança de dinheiro, dizendo que o banqueiro não dava qualquer dólar para o filme havia meses, desde que as suspeitas vieram a público. Foi quando disse a frase: “Olha só. O último pagamento que ele fez [...] foi em maio de 2025.” Como prova de comportamento idôneo, disse que, quando surgiu “a primeira informação pública” sobre possíveis irregularidades de Vorcaro, o fundo americano que recebia o dinheiro do banqueiro e transferia para o filme, o Havengate Development Fund, no Texas, “foi isolado, foi fechado lá, e o fundo fez uma comunicação às autoridades” dos Estados Unidos. Pouco depois, a entrevista foi encerrada. Aparentemente, Flávio saiu satisfeito com sua versão. O estrago continuava grande, mas, pelo menos, ele dissera que o filme de seu pai não recebia um tostão do banqueiro enrolado desde maio de 2025.

Agora, se sabe que o senador estava escondendo o cofre. A piauí apurou que em 16 de setembro, oito dias depois de ser cobrado por Flávio, o banqueiro cedeu à pressão, mexeu no bolso e enviou mais uma parcela de 1,6 milhão de dólares para o Havengate – precisamente 1 milhão, 666 mil e 667 dólares. A informação consta de um relatório do Coaf, o órgão que fiscaliza transações financeiras, ao qual a piauí teve acesso. O documento mostra que a relação de compadrio financeiro entre Flávio e o banqueiro continuou por bem mais tempo do que o senador admitiu até agora. Com esse repasse que estava oculto, o total enviado por Vorcaro para o filme de Bolsonaro sobe de 10,6 para 12,3 milhões de dólares, mais de 65 milhões de reais na época.

E há evidências de que houve ainda mais um pagamento, depois de nova pressão de Flávio. Na manhã de 22 de outubro, já no terceiro dia de gravações, o senador voltou a procurar Vorcaro. Às 8h54, escreveu: “Bom dia, mermão! Já estamos no terceiro dia de gravação. Estamos no limite.” Nove minutos depois, insistiu: “Mais uma vez, com toda a liberdade que temos, se não der me fala que procuro urgente outro caminho.” Às 9h22, Vorcaro respondeu: “Deixa comigo irmão, vou ver agora.”

A pressão surtiu efeito. A piauí teve acesso a um trecho inédito dos diálogos por WhatsApp entre Daniel Vorcaro e o publicitário Thiago Miranda, que ajudou a captar dinheiro para o filme. Numa mensagem ao banqueiro, enviada menos de 1 hora depois das mensagens de Flávio, Miranda escreve: “Consegue liberar as parcelas do filme?” E completa, usando um emoji: “Se não vai parar tudo por lá ”. Vorcaro responde: “Sim. Liberei mais uma hoje”, ao que Miranda retruca: “Vou avisá-los. Flávio disse que iria te ligar tb.” Vorcaro então pede que Miranda apresente suas desculpas a Flávio pelos “atrasos” nas parcelas. Se esse outro pagamento de 1,6 milhão de dólares foi efetivamente realizado como afirmou o

banqueiro, o total desembolsado por ele vai para 14 milhões de dólares, ou 72 milhões de reais.

Procurado pela piauí para explicar por que escondeu que sua relação financeira com o banqueiro durou praticamente todo o ano de 2025 e qual foi o total pago pelo banqueiro, Flávio Bolsonaro não quis falar. Sua assessoria disse que a revista deveria perguntar à produtora do filme sobre a existência de outros pagamentos. “Isso não é com a gente.” Confrontada com o fato de que a informação da nova parcela revelava uma mentira pública do candidato, a assessora continuou achando que Flávio não tinha nada a explicar.

Não é a primeira vez que o senador falta com a verdade no caso do financiamento de Dark Horse, o nome da cinebiografia de Jair Bolsonaro. Em março passado, quando veio a público que seu número estava na agenda de Vorcaro, Flávio disse à colunista Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo, que nunca tivera contato com o dono do Master. Quando o repórter Thalys Alcântara, do Intercept, perguntou por que Dark Horse fora bancado por Vorcaro, Flávio reagiu: “É mentira, de onde você tirou isso?” Deu uma risada de deboche e deixou o grupo de repórteres que o entrevistava dizendo: “Pelo amor de Deus! Jornalistas, bom trabalho. Militante não dá, cara.” Horas depois, o Intercept divulgou o áudio de Flávio pedindo dinheiro ao banqueiro e reclamando que havia “muita parcela pra trás”. Flávio também disse, naquela mesma entrevista à GloboNews, que o Havengate é fiscalizado pela SEC, órgão americano semelhante à Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Não é

verdade. Por fim, disse que o fundo fora fechado assim que surgiram as primeiras suspeitas sobre os negócios de Vorcaro. Nos registros fazendários do Texas, o fundo continua ativo até hoje.

A polícia agora investiga o caminho tortuoso do dinheiro. Os recursos não saíam diretamente das

empresas de Daniel Vorcaro, nem caíam na conta da produtora do filme, a Go Up Entertainment LLC, nos Estados Unidos, como seria o percurso normal. Em vez disso, Vorcaro remetia o dinheiro por meio de um doleiro, Antonio Freixo Junior, o “Mineiro”, dono da Entre Investimentos e Participações, que já se apresentou publicamente como especialista em “câmbio de saída, que é uma coisa mais arriscada”. O destino era o Havengate, o fundo sediado no Texas e administrado por Paulo Calixto, advogado especializado em imigração – sem relação com a área de cinema – e amigo de Eduardo Bolsonaro, que também vive no Texas.

Como o Havengate enviava o dinheiro à produtora do filme, as investigações do caso estão focadas em descobrir se, de fato, todo o dinheiro acabava indo para a produção cinematográfica. A polícia investiga se parte do dinheiro ficou no fundo ou acabou no bolso de Eduardo Bolsonaro, que passou a viver nos Estados Unidos em fevereiro do ano passado – por coincidência, os mesmos mês e ano em que Vorcaro começou a mandar as parcelas do filme para o Havengate. A primeira remessa, de 2 milhões de dólares, é de 13 de fevereiro de 2025.

Até agora, não há evidência de que parte dos milhões de Vorcaro foi desviada para custear a permanência de Eduardo nos Estados Unidos. Mas os investigadores ainda querem entender com mais clareza o papel que Eduardo desempenhava em relação aos recursos financeiros. Quando o Intercept divulgou o áudio de Flávio em maio passado, Eduardo reduziu seu papel na produção. Em entrevista à CBN, disse apenas que chegara a investir 50 mil dólares dos seus próprios recursos no filme, para garantir a contratação do diretor, mas o valor lhe foi devolvido posteriormente.

Na documentação americana sobre o filme, no entanto, Eduardo ora aparece como “produtor executivo”, ora como “financiador”. O que as investigações pretendem descobrir é a extensão de seu domínio sobre os recursos na conta do Havengate. A piauí apresentou a pergunta à Go Up, mas não obteve uma resposta objetiva.

Na prática, as investigações do caso estão lidando com duas caixas-pretas – a do filme e a do fundo.

saga do filme começou no dia 13 de dezembro
de 2022, quando faltavam menos de três
semanas para que Bolsonaro deixasse o Palácio
do Planalto. Naquele dia, enquanto maquinava o golpe que resultaria na intentona do Oito de Janeiro, Bolsonaro assinou um contrato cedendo os direitos

cinematográficos sobre sua vida para a Go Up, produtora sem experiência alguma no setor, da empresária paulistana Karina Ferreira da Gama e seu sócio Michael Brian Davis, naturalizado americano. A opção pelos direitos teve um preço simbólico: 1 dólar. Se o projeto avançasse, haveria um bônus de 25 mil dólares no início das filmagens e outro, no mesmo valor, na estreia do filme nos cinemas. A depender do sucesso de bilheteria, haveria outras compensações. Ainda não havia ator principal, nem diretor, nem financiador conhecido.

As primeiras tentativas de captar recursos não deram em nada. No escritório do então marido de Karina, Wemerson Marinho da Gama, Eduardo Bolsonaro e Mario Frias chegaram a se reunir para debater o assunto. Eduardo, Frias e Flávio Bolsonaro decidiram então passar o chapéu no mercado, mas foram meses e meses de buscas infrutíferas. As coisas só começaram a mudar no fim de 2024, quando apareceu o banqueiro Daniel Vorcaro. Coube ao lobista Thiago Miranda, ex-sócio do Portal Leo Dias, agendar um encontro que se tornaria decisivo entre Flávio e Vorcaro.

O encontro foi marcado para 11 de dezembro, quarta-feira, às 17h30, na casa do banqueiro, em Brasília. Não há documento que permita afirmar que a reunião efetivamente ocorreu. Mas, às 18h24 daquele dia, o deputado federal Mario Frias (PL-SP), o ex-ator que consta como produtor executivo do filme, enviou um áudio de 17 segundos para Vorcaro cujo conteúdo dá a entender que o acerto foi feito. “Só te agradecer, meu irmão”, começou. Disse que o projeto iria “mexer com o coração de muita gente” e seria “muito importante para o nosso país”. Falava como quem sabia do papel de financiador que o seu interlocutor havia assumido no projeto: “Preciso de vez em quando te falar como as coisas vão andando, tá?” Vorcaro estava em outra ligação. Ligou pouco depois. A conversa durou menos de 2 minutos.

Quatro dias mais tarde, em 15 de dezembro, Mario Frias, que escrevera a primeira versão do roteiro, informou ao banqueiro que convidara o americano Cyrus Nowrasteh para dirigir o filme. Nowrasteh disse que conseguiria convencer o ator Jim Caviezel a interpretar Bolsonaro, desde que duas perguntas fossem respondidas: Ele poderia ler o roteiro? E seria bem pago? Também falava em começar os trabalhos e encerrava: Let’s do it, my friend... Frias celebrou: “Milagres só são possíveis quando há fé.” E completou, em outra mensagem a Vorcaro: “Vai ser a maior superprodução de uma história brasileira.”

Em janeiro de 2025, a fé começou a dar lugar à ansiedade com o fluxo de caixa. Autorizado por Vorcaro, Miranda passou a acionar o pastor Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro, para tratar das questões financeiras. Como as coisas pareciam lentas, Flávio Bolsonaro escreveu para Miranda no dia 20 de janeiro pedindo que desse “um gás na resposta do jurídico do investidor”. Miranda cobrou o banqueiro. “Cara, hoje é a data-limite daquele primeiro aporte do filme. Preciso acelerar. Estamos no laço.” Na ocasião, Vorcaro estava em Courchevel, nos Alpes franceses, na companhia do “amigo de vida” Ciro Nogueira, ex-ministro da Casa Civil do governo Jair Bolsonaro. Paciente, respondeu: “Vou atrás aqui.”

Como mostram as mensagens de WhatsApp, assim que era pressionado, Vorcaro pressionava Zettel para iniciar os repasses. Zettel, por sua vez, alegava problemas com câmbio e perguntou qual empresa transferiria os valores para “o fundo” – referia-se ao Havengate. Em 28 de janeiro, o banqueiro demonstrou a relevância que atribuía ao financiamento do filme. “Esse é o mais importante disparado. Não pode falhar mais.” Três dias depois, Vorcaro voltou a pressionar Zettel, que respondeu: “Não faz assim que me dá dor de barriga...” Em seguida, Zettel relatou as dificuldades que vinha enfrentando para liberar a operação.

Os dias se passavam, e o problema já havia chegado ao próprio Banco Master. Em mensagem a Vorcaro, Zettel escreveu: “Câmbio do Master criando caso... Já mandei 1.000 documentos meus.” Vorcaro, então, decidiu que a operação deveria ser intermediada pela Entre Investimentos, que pertencia ao doleiro. Era uma empresa conhecida pelo banqueiro, que já havia investido 614 milhões de reais em companhias do Grupo Entre. (Menos de um ano depois, Mineiro, o doleiro, foi alvo de uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal por seu envolvimento no escândalo do Master. A Entrepay Instituição de Pagamento, outra empresa do Grupo Entre, foi liquidada pelo Banco Central.)

A polícia investiga as razões que levaram Vorcaro a escolher um doleiro enrolado e triangular a operação por meio de um fundo, em vez de mandar o dinheiro diretamente do seu banco para a produtora do filme. O fato é que o primeiro pagamento, de 2 milhões de dólares, aconteceu no dia 13 de fevereiro. No dia seguinte, Zettel mandou o comprovante da transação, na qual o dinheiro saiu da Entre e pousou na conta do Havengate no JPMorgan Chase Bank. “Filme!”, escreveu Zettel. Era a primeira parcela dos 24 milhões de dólares – mais de 120 milhões de reais – que Vorcaro se comprometeu a pagar.

No dia 12 de março, um mês depois do primeiro pagamento, Vorcaro mandou mensagem para Zettel reclamando que nenhuma outra parcela havia sido enviada ainda. “Tem que pagar a segunda e a terceira”, insistiu. Zettel respondeu: “Vou pra cima do Mineiro.” No dia 24 de março, finalmente, saíram as duas parcelas. Animados com o fluxo financeiro, Flávio Bolsonaro e Mario Frias quiseram prestigiar o banqueiro e programaram um encontro. Thiago Miranda, que intermediou o convite, escreveu para o banqueiro: “[Flávio e Frias] Querem levar o presidente na sua casa para assistir juntos com vc [a um] documentário.” Na época, Jair Bolsonaro ainda estava solto. (Em entrevistas à imprensa, Miranda e Flávio negaram que a reunião tenha acontecido.)

Ainda em março, Eduardo Bolsonaro, já instalado no Texas, fez duas chamadas de voz não atendidas para Miranda e então enviou uma mensagem. “O ideal seria haver os recursos já nos Estados Unidos. Que dos Estados Unidos para os Estados Unidos é mais tranquilo”, diz Eduardo, expressando em seguida uma preocupação. “Se a empresa brasileira a enviar aos Estados Unidos não tiver aquele grande orçamento que mencionamos como exemplo, será problemático.” Eduardo então sugere “enviar o máximo possível ainda neste sistema atual”, ou seja, por meio do doleiro. Em seguida, diz que Altieris Santana, sócio de Paulo Calixto, o controlador do Havengate, estava à disposição: “Inclusive voa para fazer reunião pessoal com quem quer que seja.”

A mensagem está sob análise da Polícia Federal. Para os investigadores, o diálogo mostra que Eduardo tinha participação ativa na discussão sobre como o dinheiro do filme deveria chegar aos Estados Unidos – o que faz sentido para alguém que, oficialmente, consta como produtor executivo da empreitada. Os investigadores, no entanto, querem saber se Eduardo tinha ingerência na gestão dos valores depositados no Havengate pelo dono do Master.

Entre abril e maio de 2025, Vorcaro ainda mandou mais três parcelas para o Havengate, mas o cerco do Banco Central começou a apertar. Com problemas graves de liquidez, o Master foi obrigado a pedir socorro de 4 bilhões de reais ao Fundo Garantidor de

Crédito (FGC), que protege os clientes em caso de

reportagens e
crônicas do fundo do
nosso baú para a sua
caixa de entrada

assine o nosso acervo piauí

e-mail*

INGRESSO.COM UOL HOST PAGBANK CURSOS UOL PLAY UOL ADS  BUSCA  BATE-PAPO  EMAIL

edições últimas newsletter festival minha piauí

C

E

N

E

quebra ou liquidação do banco. De maio em diante, a situação só se complicou. Talvez por isso Flávio tenha dito à GloboNews que, depois de maio, Vorcaro não fez nenhum pagamento adicional. Não só fez, como os bastidores mostram que a realidade era diferente.

om o Banco Master e Daniel Vorcaro

agonizando em praça pública, o clã dos
Bolsonaro não aliviou as cobranças do
dinheiro. Em agosto, o lobista Thiago Miranda enviou uma planilha para Vorcaro atualizando os números. Mostrava que, até aquele momento, o banqueiro havia remetido 10,6 milhões de dólares para o filme, e o último pagamento fora no dia 29 de maio. E contabilizou: “Duas em atraso e está para vencer a terceira agora em agosto.” Miranda pediu uma previsão de Vorcaro “para eu passar para eles”. Sob pressão, o banqueiro prometeu pagar: “Segunda fazemos as duas.” Miranda deu-se por satisfeito: “Ok. Te lembro. E aviso pra eles. Abs. Estou por aqui monitorando essa reta final aí.”

Mas, enrolado nas teias da fraude bancária que o levaria à prisão, Vorcaro não cumpriu a promessa – e Flávio Bolsonaro pegou o telefone e cobrou a conta no áudio que veio a público. O banqueiro então pagou mais aquela parcela de 1,6 milhão de dólares em 16 de setembro e, provavelmente, aquela outra em 22 de outubro. Enquanto pastoreava o dinheiro do banqueiro, Flávio também procurava adulá-lo. Como mostram mensagens que já vieram a público, fazia convites para encontros e jantares. Convidou o banqueiro para jantar com o ator Jim Caviezel e o diretor Cyrus Nowrasteh em São Paulo no dia 2 de novembro. “Totalmente reservado”, observou. O banqueiro topou na hora, ofereceu sua casa para o evento e convidou Flávio para um café na manhã seguinte, em Brasília.

Até novembro de 2025, Flávio e Vorcaro combinaram pelo menos cinco encontros – mas não se sabe quantos de fato aconteceram. Tudo indica que acabaram desenvolvendo uma relação fraterna. Em 7 de novembro, dez dias antes de Vorcaro ser preso pela Polícia Federal no Aeroporto de Guarulhos ao tentar embarcar para Dubai, Flávio lhe mandou um vídeo da produção do filme, com a seguinte mensagem: “Tá perdendo, irmão! Tudo isso só está sendo possível por causa de vc!” O banqueiro reagiu com satisfação. “Que demais. Ficou perfeito.”

Em 16 de novembro, um dia antes de sua prisão, Vorcaro retornou uma mensagem de Flávio e disse que estava na igreja. O senador respondeu com duas imagens de visualização única, cujo conteúdo é desconhecido até hoje, e em seguida fez uma declaração de compromisso eterno – e voltou a pedir dinheiro. “Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente. Só preciso que me dê uma luz! Abs!” A luz, no caso, era a data do novo pagamento. Não se conhece a resposta do banqueiro, dada em mensagem de visualização única, mas Flávio respondeu em seguida: “Amém!”

No dia 17 de novembro, Vorcaro foi preso pela primeira vez. No dia seguinte, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master. No dia 22, Jair Bolsonaro foi preso preventivamente depois de usar ferro de solda para derreter a tornozeleira eletrônica. No dia 25, o Supremo determinou o início do cumprimento de sua prisão em regime fechado. No dia 29, Vorcaro foi solto – e Flávio foi visitá-lo. Quando a visita foi revelada pelo site Metrópoles, Flávio explicou-se assim: “Eu fui sim ao encontro dele para botar um ponto-final nessa história. Dizer que, se ele tivesse me avisado que a situação era grave como essa, eu teria ido atrás de outro investidor há muito mais tempo e o filme não correria risco.”

Depois disso, não se tem notícia de que Flávio tenha buscado outro investidor.

m outubro de 2025, pouco antes da prisão do
seu principal financiador e depois da prisão do próprio cinebiografado, Dark Horse começou a
ser rodado em São Paulo, com um cronograma que previa 36 dias de filmagem, em estúdio e cenas externas. Depois de quase três anos existindo apenas em contratos, planilhas, promessas e transferências internacionais, o filme finalmente saía do papel.

Nos sets de filmagem, o ambiente não era dos mais amistosos. Os sindicatos que representam as diversas categorias de trabalhadores envolvidas no trabalho – técnicos, atores de apoio, figurantes – começaram a receber um volume incomum de reclamações. Houve registros de figurantes relatando longas jornadas de trabalho durante as quais recebiam apenas um kit lanche, atrasos de pagamento, problemas com transporte, cachês inferiores aos apontados pelo sindicato e até revista abusiva por parte de seguranças, com “toques nas regiões dos seios e partes íntimas”, e trabalhadores sendo acompanhados por fiscais até para ir ao banheiro. As denúncias, levadas aos sindicatos, estão sendo investigadas pelo Ministério do Trabalho.

Uma jovem atriz, que pediu para não ser identificada, trabalhou quatro dias como figurante. Apesar da proibição de uso do celular nos sets de filmagem, ela conseguiu entrar com seu aparelho escondido e ligou o gravador durante quase duas horas. O áudio, ao qual a piauí teve acesso, revela um ambiente um tanto conflagrado, com gente reclamando, entre outras coisas, que não podia usar os banheiros da locação e que os sanitários móveis tinham sido removidos. A certa altura, uma voz feminina, ligada à produção, diz: “Não é o mundo perfeito, é o cinema.”

Na hora de rodar as cenas externas, havia certa desorganização, com figurantes entrando no local de filmagem sem se identificar adequadamente. Em uma das filmagens em São Paulo, no Memorial da América Latina, um figurante chegou a ser agredido por um segurança, segundo o boletim de ocorrência. Documentos médicos registraram lesões, e a Polícia Civil requisitou exame de corpo de delito.

No dia 5 de dezembro, quando foi filmada a cena da facada que Bolsonaro levou em Juiz de Fora, Jim Caviezel apareceu nas gravações com a peruca que usa no filme levemente mal ajustada. Entre o Beco do Pinto, o Solar da Marquesa de Santos e as proximidades do Museu das Favelas, no Centro histórico da capital, uma multidão de figurantes reconstituiu a caminhada que antecedeu a facada. Na cena em que Caviezel é colocado num carro para ser levado ao hospital, houve tumulto, com o carro avançando sobre a massa de figurantes.

No início de dezembro, a produção tentou filmar no Pátio do Colégio, também no Centro histórico, mas não obteve autorização. O período da filmagem coincidia com o Advento – período litúrgico que antecede o Natal –, o que poderia causar transtornos aos fiéis. Quando soube que se tratava de uma obra sobre Bolsonaro, um representante do Pátio do Colégio, que pediu para não ser identificado, reforçou a negativa. Não queria envolver a instituição em uma obra com conotação política – e rejeitou inclusive uma oferta de pagamento. A produção, então, gravou nas imediações, atrapalhando mesmo assim as atividades da instituição religiosa.

Apesar de tudo, a filmagem de Dark Horse – seja em cenas de estúdio, seja nas ruas – não era um ambiente em que tudo parecia estar entrando em colapso, como se chegou a comentar. Com dificuldades aqui e ali, as coisas avançavam. A piauí procurou cerca de vinte nomes da cúpula da produção – do diretor Cyrus Nowrasteh à controller Juliana Piazza Santana –, mas a maioria não quis dar entrevista. Juliana Santana, uma das poucas que chegou a acusar o recebimento do pedido de entrevista, mas não falou alegando sigilo profissional, é figura importante nas investigações. O controller é o responsável pela administração financeira do filme.

Quando as câmeras foram desligadas, em dezembro, Daniel Vorcaro já estava solto. Jair Bolsonaro continuava preso. E uma personagem começava a ocupar o centro da cena: Karina Ferreira da Gama, a dona da produtora Go Up.

a verdade, Karina da Gama nunca sonhou
com algo parecido a Hollywood. Jornalista de formação, virou empresária do terceiro setor
em São Paulo e começou sua vida de empreendedora promovendo eventos da comunidade evangélica, à qual ela pertence. Nos anos 2010, fez negócios com o poder público em São Paulo por meio de uma ONG e, na década seguinte, envolveu-se com produções culturais e passou a presidir outra ONG. Até que os Estados Unidos começaram a aparecer no seu horizonte, quando se associou ao amigo Michael Brian Davis. Juntos, tentaram fazer uma série documental sobre atletas cristãos, mas o projeto não deu certo. Depois, decidiram formar uma sociedade – a Go Up Entertainment LLC.

Em 2022, os sócios da Go Up procuraram Mario Frias, então secretário especial de Cultura do governo Bolsonaro, para tentar viabilizar um projeto de apoio a pequenos produtores culturais. Daí, nasceu uma relação. Na campanha eleitoral daquele ano, Karina e seu então marido prestaram serviço à candidatura de Frias a deputado federal. Receberam 54 mil reais. Em dezembro, com auxílio de Frias, a Go Up obteve os direitos cinematográficos de Bolsonaro. Em 2023, já com a adesão de Eduardo Bolsonaro, o projeto do filme ganhou corpo e a previsão de orçamento total atingiu uma cifra polpuda: 25,4 milhões de dólares. Era preciso começar logo a captação de recursos para cumprir a previsão de iniciar as filmagens em 30 de outubro de 2024. Demoraria muito mais, pois o grande mecenas Daniel Vorcaro, que aceitaria bancar 24 milhões de dólares, só seria fisgado para o filme em dezembro de 2024.

Mas, enquanto o filme não decolava, as ONGs de Karina faturaram alto. Uma delas, o Instituto Conhecer Brasil (ICB), capturou um peixão: um contrato milionário com a Prefeitura de São Paulo, na gestão de Ricardo Nunes. O objetivo do contrato era instalar e manter 5 mil pontos de wi-fi gratuito em comunidades da capital, ainda que o ICB não tivesse nenhuma experiência na área. O contrato era de 108 milhões de reais e, pouco depois de ser assinado, recebeu aditivo, saltando para 157 milhões de reais. O fluxo do dinheiro chama a atenção: a prefeitura pagava o ICB que, imediatamente, contratava fornecedores, como se fosse apenas uma empresa de passagem.

No segundo semestre de 2024, Karina encontrou mais uma nova fonte de renda para suas ONGs – emendas parlamentares de Brasília. Uma de suas entidades, a Academia Nacional de Cultura, foi contemplada com 3,6 milhões de reais por iniciativa de quatro deputados bolsonaristas do PL – Carla Zambelli (SP), Marcos Pollon (MS), Delegado Ramagem (RJ) e Bia Kicis (DF). Por sorte, o dinheiro chegou aos cofres do Estado de São Paulo e não foi repassado à entidade. O governo considerou que nem todos os requisitos para o repasse estavam sendo atendidos.

Mas o deputado Mario Frias fez uma emenda despachando 2 milhões de reais para o ICB. Neste caso, o dinheiro chegou. Na verdade, foram duas remessas, de 1 milhão cada uma, para dois programas distintos – um projeto esportivo e outro de empreendedorismo. O último termo da emenda foi assinado em 30 de dezembro de 2024. Por coincidência, a assinatura aconteceu no mesmo mês em que Vorcaro concordou em financiar Dark Horse. Assim, Frias, o deputado, mandava dinheiro público para a ong cuja dona, na outra ponta, era sua parceira em Dark Horse.

Os recursos recebidos pelo ICB – tanto os da Prefeitura de São Paulo, quanto os da emenda parlamentar – compõem um enorme mosaico de suspeitas. Em São Paulo, no caso da instalação de wi-fi gratuito, um inquérito policial investiga pagamentos por serviços que nunca foram prestados e a existência de 4 milhões de reais em notas fiscais frias. Uma das

empresas subcontratadas pelo ICB, por 12 milhões de reais, pertencia a Alex Bispo dos Santos, que chegou a ser preso por feminicídio, é apontado pelo Ministério Público como membro do PCC e, desde o fim de agosto, está foragido da polícia. Em sete mandados de busca, a Polícia Civil já bateu em endereços relacionados ao ICB, à própria Karina e a fornecedores dos programas. Apreendeu celulares, computadores, pen drives, discos rígidos e documentos que estão sob análise.

No caso das emendas parlamentares enviadas por Mario Frias ao ICB, a piauí apurou que uma auditoria da Controladoria-Geral da União encontrou tantos

problemas nos dois projetos que está tomando providências para pedir o dinheiro de volta e responsabilizar os envolvidos. O projeto Lutando pela Vida previa aulas de esportes de combate para quinhentas pessoas em Pirassununga, no interior de São Paulo. Uma auditoria da CGU detectou

pagamentos sem comprovante da entrega de bens e da prestação de serviços. O outro projeto, o Jovem Empreendedor, que prometia capacitar 250 pessoas e alcançar 2 250 estudantes de escolas públicas, fez ainda pior. Depois de um ano e meio, a CGU descobriu que o programa não capacitou ninguém e não atendeu nenhum estudante. Uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, informou que parte do dinheiro foi para o advogado de Frias.

Com as suspeitas de malversações financeiras, a pergunta central que os investigadores querem responder é: haveria alguma conexão entre os recursos públicos que abasteceram o ICB e o caixa de Dark Horse? A hipótese está sendo investigada pela Polícia Civil de São Paulo depois que os investigadores encontraram “consistentes suspeitas de confusão patrimonial de que os recursos públicos [...] tenham sido desviados para custear as atividades de produção do referido filme, utilizando as contas das empresas subcontratadas”. No dia 24 de agosto passado, essa suspeita subiu de nível. O ministro Flávio Dino, responsável pelo inquérito que investiga os desvios de recursos do orçamento secreto no Congresso, autorizou a Polícia Federal a ter acesso ao material

recolhido pela Polícia Civil. Com isso, Dark Horse passou a ser alvo de duas investigações paralelas: uma aberta há pouco pelo ministro Dino e outra comandada pelo ministro André Mendonça, que vem apurando o financiamento de Vorcaro ao filme.

Ao examinar os documentos que já estão disponíveis, a piauí não encontrou transferência do icb para a Go Up, que produz o filme. As únicas conexões já descobertas estão no quadro de funcionários: há pessoas que trabalham no ICB e, também, na produção do filme. Uma delas é justamente Juliana Piazza Santana, que exerce a mesma função de controller no ICB e na Go Up. Todos os envolvidos – a Prefeitura de São Paulo, o deputado Mario Frias, além da própria Karina Gama – negam qualquer ligação entre as duas pontas.

m maio, quando apareceu pedindo dinheiro
para Vorcaro, Flávio Bolsonaro disse que, em
trinta dias, traria a público uma prestação de contas do filme. Até hoje, quase quatro meses depois, não apresentou nenhum documento. A produção de Dark Horse, por sua vez, entregou às autoridades um Laudo de Perícia Investigativa Defensiva, destinado a provar que as contas conferem. Encomendada pela própria produção, a perícia coincide até nos centavos. Com apenas 32 páginas, afirma que, até o dia 4 de junho de 2026, a produção gastou 13 393 081,29 dólares. E informa que a produção recebeu do Havengate um total de 13 393 081,29 dólares.

Na prática, não é uma prestação de contas. Quem examina fica com a impressão de uma conta de chegada, já que o laudo não desdobra os valores, nem identifica gastos específicos. Não se sabe quanto recebeu cada ator, diretor ou produtor, quais empresas foram contratadas, os serviços que prestaram, nem em que datas os pagamentos foram feitos. O documento afirma que o dinheiro é rastreável, mas não apresenta os dados que permitiriam fazer isso.

Ainda assim, quando foi questionado sobre a prestação de contas que não apresentou, Flávio Bolsonaro disse que a produtora já o fizera e que o assunto é uma “página virada”. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, traindo seu passado de auditor da CGU, apressou-se em concordar. “Acho que ele já deu explicações. Se nenhum fato novo aparecer, eu acho que está tudo esclarecido.” A piauí mostrou o laudo para três produtores brasileiros, todos eles envolvidos em filmes de grande porte no Brasil e no exterior, que apontam exatamente o oposto do governador paulista.

Mariza Leão, que já produziu mais de quarenta filmes em cinco décadas de carreira, ficou alarmada com alguns números. O laudo informa que, no Brasil, a produção gastou 21 milhões de reais. “Gastar 20 e poucos milhões no Brasil, hipoteticamente filmando durante quarenta dias, é um custo muito alto”, disse ela. Sua principal ressalva ao laudo, no entanto, nem é sobre o tamanho das cifras, mas não explicá-las com um mínimo de detalhamento. Para saber se o dinheiro

declarado corresponde à produção realizada, disse Leão, é preciso descer a algum nível de detalhe. “Quem foi o eletricista-chefe?”, exemplificou. “Quanto recebia normalmente um profissional daquela categoria? Quanto recebeu em Dark Horse? Se for dez vezes acima do padrão, por quê? Baseado em quê?’”, disse.

Outros dois produtores, ambos com experiência em coproduções internacionais e que pediram para não ser identificados, ficaram surpresos com o fluxo do dinheiro. Primeiro: estranharam o fato de que o dinheiro saía do Brasil, chegava ao fundo nos Estados Unidos e, depois disso, parte voltava para o Brasil, onde financiava as filmagens rodadas aqui. Segundo: acharam no mínimo “atípico” que os recursos tenham sido enviados para um fundo e, só mais tarde, caído na conta da Go Up, a produtora. O comum nas produções é que os recursos captados cheguem diretamente à produtora, que então se encarrega de administrar o caixa.

Entre os poucos detalhes oferecidos pelo laudo, alguns não fazem sentido. Um deles é que apenas 28% dos custos de produção aparecem como tendo sido efetuados no Brasil, que, no entanto, foi o único país onde houve filmagens. Outro é o gasto de 383 mil dólares com desenvolvimento do projeto, sobretudo roteiro. Um dos produtores ficou espantado com a cifra. “Se esse é o custo do roteiro, esse roteirista é um cara que ganhou o Oscar. Isso aqui é padrão Oscar”, disse.

Outra rubrica chamou ainda mais a atenção dos produtores. O laudo informa que a Go Up gastou 2,68 milhões de dólares em soft-production, assim chamada uma etapa inicial em que normalmente

chamada uma etapa inicial em que normalmente trabalha apenas uma equipe reduzida, dedicada a tarefas de planejamento e pesquisa. Uma base sugeria, a pré-produção – quando o número de profissionais aumenta e começam as contratações de elenco, equipamentos, cenários, figurinos e demais estruturas necessárias às filmagens – custaria 2,66 milhões. Ou seja: a fase preparatória mais enxuta teve custo ligeiramente superior ao de toda a etapa seguinte, mais encorpada. Para um dos produtores ouvidos pela **piauí**, a desproporção não é coerente.

A Go Up teve a oportunidade de apresentar respostas menos imprecisas. Procurado pela **piauí**, Michael Davis, sócio da produtora, mandou uma longa carta. Disse que *Dark Horse* era uma produção americana, que seguia as práticas americanas e, portanto, qualquer comparação tendo o cinema brasileiro como referência era "fundamentalmente equivocada". Em vez disso, pediu que a reportagem lhe mandasse perguntas factuais específicas, com documentos e evidências, separando fatos estabelecidos, alegações de terceiros e inferências do repórter. A **piauí** aceitou os termos propostos por Davis e lhe enviou um questionário com 146 perguntas, divididas em blocos apoiados por documentos.

Entre as perguntas, havia também questões básicas: Que empresa contratou formalmente o elenco e a equipe nos Estados Unidos? Quem administrava a folha de pagamento? Em que banco ficava a conta da produção e quem tinha poder de assinatura? Quem pode autorizar despesas e movimentar o dinheiro? Davis não respondeu às perguntas, alegando cláusulas de confidencialidade, mas encaminhou uma nota de esclarecimento genérica em que afirma que a Go Up conduz suas atividades e a produção de *Dark Horse* "de forma documentada, transparente e em conformidade com suas obrigações contratuais". Disse também que minutas internas e documentos não assinados não deveriam ser confundidos com acordos vigentes e anunciou que estava adotando "medidas civis e criminais" contra o compartilhamento não autorizado de informações internas.

O detalhe é que o autor da nota de esclarecimento não é Michael Davis, nem Karina da Gama, nem ninguém formalmente vinculado à Go Up ou à produção de *Dark Horse*, mas o advogado Paulo Calixto, o administrador do fundo Havengate – que, em tese, não tem nada a ver com o filme. Seu nome aparece nos metadados do arquivo de PDF da nota de esclarecimento, nos quais consta que ele criou o documento duas horas antes de a **piauí** recebê-lo. Davis negou enfaticamente qualquer participação de Calixto e sugeriu que o escritório da Go Up no Brasil explicasse a presença dele nos metadados.

Karina da Gama recebeu uma versão em português das 146 perguntas e enviou à revista a mesma nota de esclarecimento. Indagada por que o documento foi criado por Calixto, ela deu explicações pouco claras. Primeiro, disse: "Quando enviado o ofício, devem ter colocado em um papel timbrado de um documento que já existia." A **piauí** insistiu por esclarecimento mais plausível. Karina disse então que o documento "saiu da Go Up [...] com informações de Calixto", mas em seguida deu meia-volta e disse que não sabia a resposta. Ocorreu então o seguinte diálogo:

– Quais informações de Calixto que foram usadas? – perguntou a **piauí**.

– Quais informações? Que Calixto? Quem é o Calixto?

– Você falou que foi escrito com informações de Calixto...

– Quem foi? Mas aonde? Você recebeu uma notificação da Go Up. Mas olha aqui, tem um dado do Calixto, no título. Não sei, não sei o que te dizer – respondeu Karina.

– A senhora saberia dizer então quem escreveu o documento?

– A produtora não sabe dizer – encerrou ela.

A primeira notícia de que os filhos de Bolsonaro apertam fazer um filme sobre a vida do pai foi dada no dia 1º de agosto do ano passado. A matéria publicada pelo Portal Leo Dias não mencionava o Banco Master, não falava de empreendimento milionário, nem que Daniel Vorcaro era o principal financiador. Contava apenas que Jair Bolsonaro seria retratado como um homem "corajoso e determinado", citava o diretor Cyrus Nowzadeh e dizia que as "peculiaridades e controvérsias" em torno do expresidente seriam amenizadas.

O Portal Leo Dias tinha relação financeira com o universo de Vorcaro. Em julho de 2024, Thiago Miranda intermediara a venda de 17% do portal – do qual ainda era sócio – por 10 milhões de reais a um empresário mineiro suspeito de atuar como laranja do banqueiro. Os envolvidos sempre negaram que Vorcaro estivesse por trás da compra, apesar de o Master, entre fevereiro de 2024 e maio de 2025, ter transferido 9,9 milhões de reais ao portal – supostamente, para cumprir um "contrato de publicidade".

Essa relação financeira não estava por trás da notícia que o portal havia dado sobre a existência de *Dark Horse*. Ao contrário. Ao ler o post sobre o filme, o banqueiro ficou irritado e, cerca de uma hora depois de a notícia entrar no ar, procurou Thiago Miranda. Não gostou da revelação da existência do filme justamente no Portal Leo Dias. "Achei que divulgar que tá fazendo o filme é muito ruim, não acha?", disse o banqueiro. Miranda concordou. "Acho muito! Tinhamos combinado de não divulgar nada." Disse ainda: "Vou pedir para apagar." Em seguida, mandou uma mensagem dizendo que havia falado com Mario Frias e Flávio Bolsonaro, e completou: "Já mandei deletar."

Vorcaro, neste momento, não deixou barato e reclamou que o próprio Miranda havia divulgado a notícia ou permitido que fosse veiculada. Miranda assumiu a responsabilidade: "Vc tá certo. Como ninguém sabe de nada, eles ficaram e não passou por mim. Foi erro meu." As 13h06, escreveu o assunto: "Resolvido. Flávio disse que vai te dar uma ligada rh." E termina: "Estou precisando te encontrar, me aviva quando estiver em Brasília." Vorcaro responde: "Vamos."

Ao confirmar a história para a **piauí**, Leo Dias disse que, quando publicou a notícia, não sabia que seu ex-sócio Thiago Miranda estava envolvido com *Dark Horse*. A pedido do ex-sócio, ele apagou o post. O caso reafirma o papel relevante de Miranda nas engrenagens do filme, embora seu nome não apareça como produtor, financiador ou executivo da Go Up em nenhum documento. E em personagem que atuara nas sombras, em linha direta com o banqueiro e os Bolsonaro, tratando de um assunto que, desde o início, deveria ficar longe dos olhos do público.

Leo Dias conta que a relação de seu ex-sócio com Flávio Bolsonaro vai além do filme. Diz que, em fevereiro do ano passado, foi a festa de aniversário de Miranda, ocorrida na casa de Viviane Lício Piquet, ex-mulher do piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet, e que Flávio estava lá. Diz ainda que Miranda lhe confidenciou que seu nome chegou a ser cogitado para coordenar a campanha presidencial de Flávio. Dias garantiu que nunca teve o número de telefone do senador. "O Thiago foi sempre o elo. Sempre." Procurado pela **piauí**, Miranda, que ainda recolhido de sua antes agitada vida social, mandou dizer por meio de seu advogado, Rafael Martins, que não iria se manifestar.

O fio meses depois das gravações de *Dark Horse*, três do principais personagens da história ressdaram de condição. Jair Bolsonaro continua preso, mas em regime domiciliar. Flávio Bolsonaro virou candidato a presidente e vem se esforçando para fazer com que as suspeitas em torno de *Dark Horse* se tornem uma "página virada". O filme, porém, voltou ao noticiário no fim de agosto com a decisão do ministro Flávio Dino de investigar se a produção recebeu dinheiro de emendas parlamentares.

Daniel Vorcaro, por sua vez, depois de preso e solto em seguida, voltou a ser preso. Está na Papuda, uma unidade do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. Suspeita-se que, como em tantos outros dos seus negócios, acolhos financiar *Dark Horse* por interesses que não propriamente financeiros: apesar do projeto com a produção talvez tivesse a esperança de lucrar em outras esferas.

No mercado brasileiro de cinema, para que um filme se pague, é preciso que arrecade nas bilheterias cerca de 2,5 vezes o seu custo de produção. No caso de *Dark Horse*, a arrecadação teria que chegar a 188 milhões de reais, pelo menos. É praticamente impossível. É mais do que o recolhido por *Minha mãe é uma peça 3*, estrelado pelo ator Paulo Gustavo, que faturou 143,8 milhões de reais e é até hoje o filme de maior bilheteria na história do cinema nacional.

Dark Horse, que deverá ter 1 hora e 40 minutos de duração, ainda não completou seu percurso. Como a filmagens foram feitas sem comunicado prévio à Ancine, a agência reguladora do setor cinematográfico instaurou um processo administrativo para apurar a irregularidade. Mesmo assim, a Ancine concedeu ao filme o Registro de Obra Estrangeira (ROE), a peldo da distribuidora Europa Filmes. Falta ainda a emissão de outro documento, o Certificado de Registro de Título (CRT), sem o qual o filme não pode ser exibido nos cinemas. Em razão do processo burocrático, *Dark Horse* ainda não tem data de estreia prevista no Brasil, mas não virá a público antes das eleições.

* *A reportagem do Intercept foi assinada também por Eduardo Goulart, Luis Martins, Andrew Fishman, Cecília Oliveira, Leandro Becker e Mauricio Moraes.*

Assine nossa newsletter

Toda semana uma seleção de conteúdos em destaque na piauí

Seu e-mail

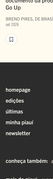
assine

Ao assinar, você concorda com a política de privacidade e com o compartilhamento de informações fornecidas. Você poderá cancelar a inscrição a qualquer momento.

Breno Pires

Repórter da piauí, baseado em Brasília

OUTROS DESTAQUES



suspeitas cinematográficas

Metadados e outros mistérios de *Dark Horse*

Embora não tenha nenhuma relação com o filme, advogado de Eduardo Bolsonaro deixou suas digitais em um documento da produtora Go Up

BRENO PIRES, DE BRASÍLIA | 02 set 2025

suspeitas cinematográficas

CGU investiga emendas em favor da produtora de *Dark Horse*

Dinheiro enviado pelo deputado Mario Frias (PL-SP) para ONGs de Karina Gama – produtora do filme – chamou atenção de auditores

BRENO PIRES, DE BRASÍLIA | 03 set 2025

suspeitas cinematográficas

"Liberei mais uma hoje"

Um relatório inédito do Coaf mostra que os repasses de Daniel Vorcaro para *Dark Horse* foram ainda maiores do que Flávio Bolsonaro admitiu

BRENO PIRES, DE BRASÍLIA | 03 set 2025